por uma reforma tributária a favor da saúde Imposto Seletivo para Bebidas Açucaradas, Bebidas Alcoólicas e Tabaco

Câncer, doenças respiratórias, cardiovasculares, diabetes e condições mentais e neurológicas são as principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), grupo que causa 75% das mortes no Brasil.

A alimentação não saudável, o tabagismo e o álcool são três dos principais fatores de risco para DCNTs e devem ser enfrentados por meio de políticas públicas. Uma das medidas mais eficazes para reduzir o consumo é o aumento da tributação, e por isso é essencial que o imposto seletivo sobre esses produtos tenha uma alíquota suficiente para elevar os preços. Isso vai contribuir para a promoção da saúde e até pode ajudar a reduzir o imposto para outros produtos mais saudáveis.

A OMS apoia a medida. Por isso, a organização lançou em 2025 a <u>Iniciativa "3 por 35"</u>,

que incentiva os países a aumentarem os preços de tabaco, álcool e bebidas açucaradas em pelo menos 50% até 2035.

Segundo o <u>Banco Mundial</u>, os impostos e preços de tabaco, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas no Brasil estão abaixo dos praticados por países equivalentes. Este cenário precisa mudar para que o país siga as recomendações e evidências globais em favor da tributação desses produtos como medida de saúde pública.

Além disso, um estudo do <u>Observatório Brasileiro do Sistema Tributário</u> com base nas principais publicações acadêmicas do mundo revela que tributos seletivos são mais eficazes quando aplicados com alíquotas elevadas.

BEBIDAS AÇUCARADAS*

*Bebidas açucaradas, - como refrigerantes, néctares e chás prontos com açúcar, - são considerados alimentos ultraprocessados porque passam por intenso processo industrial e são modificados quimicamente, contendo pouco ou nenhum alimento inteiro e adicionados de corantes, aromatizantes, edulcorantes, acidulantes entre outros aditivos para que se tornem palatáveis e até viciantes.

- Cerca de 70 mortes prematuras por dia são atribuíveis ao consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil. São consideradas prematuras as mortes que ocorrem antes da expectativa média de vida e que poderiam ser evitadas com uma alimentação mais saudável.
- No Brasil, o consumo de alimentos ultraprocessados foi responsável por 33% das mortes prematuras por todas as causas, e 22% das mortes prematuras por doenças cardiovasculares em 2019 (Nilson et al., 2022).

- Durante um acompanhamento de 10 anos, notou-se que um aumento de 10 pontos percentuais na proporção de alimentos ultraprocessados na dieta impactou em 19% a mais risco de câncer de ovário, 30% mais mortalidade por câncer de ovário e 16% mais mortalidade por câncer de mama. (Chang et al., 2023).
- O SUS gasta quase Rs a bilhões por ano com tratamento de doenças provocadas apenas pelo consumo das bebidas açucaradas.
- Os custos das doenças e mortes provocadas por ultraprocessados são de R\$ 10.4
 bilhões de reais por ano, considerando custos diretos com tratamentos no SUS e indiretos por mortes e absenteísmo.
- Pesquisa Datafolha, de 2024, revelou que 64% dos brasileiros apoiam o aumento de impostos sobre refrigerantes e outras bebidas adoçadas.



BEBIDAS ALCOÓLICAS

- No Brasil, o álcool é a principal causa de morte e invalidez entre brasileiros de 15 a 49 anos, e mata 12 pessoas por hora. A cada ano, o total chega a 105 mil mortes.
- O consumo de bebidas alcoólicas custa ao Brasil cerca de R. 18,8 bilhões por ano, quantia que corresponde a 8,6% do orçamento do Ministério da Saúde.
- Pesquisa <u>Datafolha</u>, <u>de 2024</u>, revelou que 77% dos brasileiros são a favor do aumento de impostos para bebidas alcóolicas.
- O "paradoxo do dano do álcool" revela que, mesmo quando o volume de consumo é igual, indivíduos de baixa renda ou menor escolaridade apresentam níveis desproporcionalmente mais altos de danos relacionados ao álcool, inclusive no acesso desigual a serviços de saúde.

TABACO

- O tabagismo é responsável por 477 mortes por dia, o que equivale a mais de 173 mil mortes ao ano, ou 12% de todas as mortes no Brasil.
- O Brasil gasta ao menos Rs 112.2 bilhões ao ano, incluindo custos diretos e indiretos (R\$ 67,2 bi em tratamentos de saúde e R\$ 45 bi em perda de produtividade) com o tabaco, enquanto o total dos impostos pagos pela indústria é de apenas R\$ 8 bilhões.
- Entre as políticas de controle do tabaco adotadas pelo Brasil, a elevação dos impostos sobre cigarros destacou-se como a mais eficaz, contribuindo para cerca de 50% da redução no número de fumantes entre 1989 e 2010.
- A ausência de reajuste nos impostos entre 2016
 e 2024 resultou na queda do preço real e na maior acessibilidade, tornando o cigarro brasileiro um dos mais baratos do mundo. Se o IPI ti-

- vesse sido reajustado de acordo com a inflação, seu valor hoje seria de R\$3,45, e não R\$2,25.
- Estudo independente mostrou que o aumento de preço dos cigarros entre 2013 e 2019 não resultou em migração do mercado legal para o ilegal. Além disso, o contrabando não foi resolvido com as reduções da tributação entre 1999 e 2007, o que demonstra que o comércio ilícito não tem uma associação direta com o aumento do preço. O contrabando deve ser enfrentado com controle de fronteiras, revisão de penalidades e esforços diplomáticos com países vizinhos, e não deve ser usado como argumento para não aumentar tributos de tabaco
- Pesquisa do Datafolha, de 2024, apontou que 75% dos brasileiros são favoráveis ao aumento de impostos para cigarros e outros produtos de tabaco.

Propostas para o Imposto Seletivo de Bebidas Açucaradas, Bebidas Alcoólicas e Tabaco

- 1. Adoção de alíquotas altas o suficiente para aumentar o preço dos produtos, reduzindo seu consumo e promovendo a saúde da população.
- 2. Priorização do componente específico (ad rem/valor fixo por unidade de medida, que não varia com o preço, apenas com a quantidade) sobre o ad valorem (percentual aplicado sobre o valor do bem ou serviço, varia conforme o preço) no imposto seletivo.
- 3. Aplicação imediata do aumento de tributos, sem transição, para gerar impacto imediato na redução do consumo.